

Deputado estadual dá preferência ao parlamentarismo

Vinte e cinco parlamentares de 14 estados, reunidos desde ontem no Hotel Copacabana Palace para o 2º Congresso Nacional dos Deputados Estaduais Constituintes, se dividiram na hora de votar o sistema de governo que desejam para o Brasil — 20 a favor do parlamentarismo e cinco, do presidencialismo — mas foram unânimes ao aprovar uma moção, a ser encaminhada à Constituinte, pela imediata revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN).

— Devia ser um compromisso de honra, para todos os constituintes, varrer todo resquício de entulho autoritário da nova Constituição, e a LSN é o entulho do entulho — afirmou o senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), ao comentar a moção do deputado Luiz Henrique de Lima (PDT-RJ). Segundo a proposta, a manutenção e a recente aplicação dessa lei, contra os acusados de agressão ao presidente Sarney, dia 26 de junho último na Praça 15, “são incompatíveis com o compromisso do governo federal de realizar a transição para a democracia”.

Mandato — Apesar de admitir que mais da metade do PMDB está comprometida com o governo do presidente Sarney e com o mandato de cinco anos, o deputado Fernando Lyra (PE) disse que o comício pelas diretas-88, em Caruaru, a 130 quilômetros do Recife, no dia sete, irá reverter esse quadro. “Caruaru será a grande resposta”

“A partir daí, vamos poder avaliar a sensibilidade da população para o mandato do presidente Sarney, que rompeu com o compromisso da transição, ao decidir-se pelos cinco anos” disse Lyra. Os governadores pemedebistas, segundo ele, irão, após o comício, sem outra alternativa, aderir ao movimento pró-diretas.

Vários obstáculos estão impedindo uma maior mobilização da população em torno das diretas-já, como a má vontade de alguns setores do PMDB e a falta de apoio dos governadores, segundo Lyra. Para ele, só os que querem se perpetuar no poder é que não acreditam que a legitimação do governo passa pela eleição direta.

Cinco anos — O presidente José Sarney continua firme em seu propósito de que a Constituinte fixe seu mandato em cinco anos, segundo garantiu ontem o porta-voz da presidência da República, jornalista Frota Neto, diante de informações de que ele já aceitaria os quatro anos. “Isso não é o que o presidente quer (os cinco anos), mas o que considera muito importante para cumprir o cronograma político e econômico do governo”, disse Frota Neto.

O porta-voz informou, ainda, que o presidente Sarney tem “a expectativa de que as lideranças políticas afinadas com o governo levem em conta a importância desse cronograma para o cumprimento dos compromissos da Nova República”. Frota disse, também, que Sarney não vai ocupar uma cadeira de rádio e televisão para defender pontos de vista na Constituinte.